



Data	Tema	Acontecimento
19/09	Economia	INE divulgou Síntese Económica de Conjuntura – Agosto 2005 Informação disponível em: http://www.ine.pt/prodserv/destaque/2005/d050919/d050919.pdf
21/09	Economia	FMI divulgou <i>World Economic Outlook</i> – Setembro 2005 Informação disponível em: http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2005/02/index.htm
25/09	Economia	FMI divulgou Working paper <i>European Union Enlargement and Equity Markets in Accession Countries</i> Informação disponível em: http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2005/wp05182.pdf
26/09	Comunicações	INE divulgou estatísticas das comunicações – 2004 Informação disponível em: http://www.ine.pt/prodserv/destaque/2005/d050926/d050926.pdf
29/09	Indústria	INE divulgou Índices de Produção Industrial – Agosto 2005 Informação disponível em: http://www.ine.pt/prodserv/destaque/2005/d050929/d050929.pdf

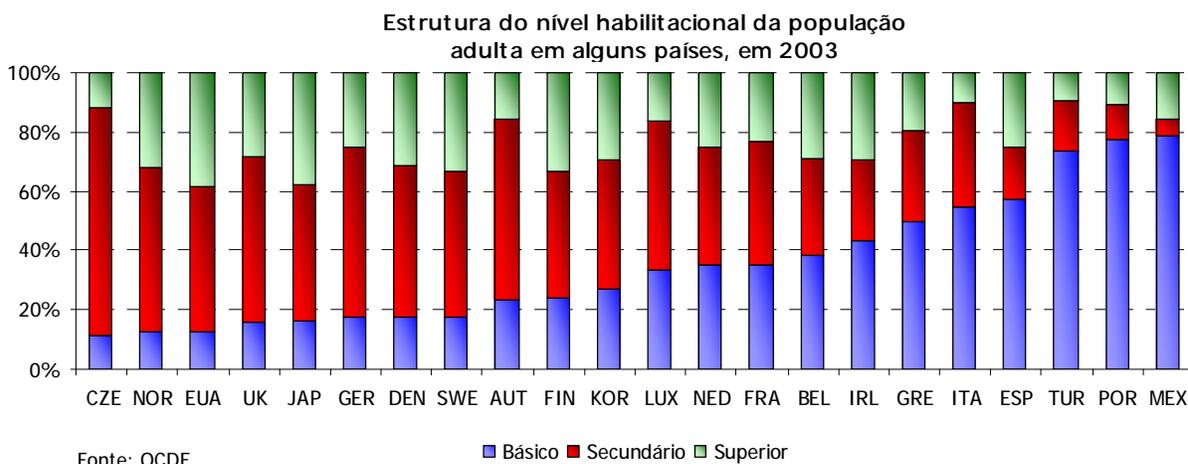
A instrução e a educação permanente desempenham um papel crítico no desenvolvimento das economias e das sociedades. O capital humano é um factor determinante para o desenvolvimento económico, com consequências importantes no nível de produtividade.

No sentido de analisar a situação da **educação** nos países pertencentes à Organização Mundial para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), foi publicado recentemente o *Panorama da Educação 2005*, que fornece uma série de indicadores comparáveis e actualizados sobre o desempenho dos sistemas educativos de trinta países da OCDE. Os indicadores permitem analisar um vasto conjunto de temas, entre os quais se destaca o financiamento público face ao privado, os gastos com a educação por nível de ensino e o funcionamento da educação e dos sistemas de aprendizagem.



No que respeita ao nível de instrução, cerca de 13% da população adulta dos Estados Unidos da América, não ultrapassaram o nível básico de educação, em 2003. Considerando a União Europeia a quinze (UE15), Portugal evidenciava, nesse ano, os mais baixos níveis de qualificação da população em termos relativos, com 77% da população a possuir habilitações até ao 3.º ciclo do ensino básico. A Espanha, país com a situação menos favorável, depois de Portugal, contava com 57% da população com o mesmo nível de instrução. Entre os países analisados, apenas o México superava Portugal em termos de peso relativo da população adulta com baixos níveis de qualificação, onde quase 79% da população não tinha atingido o nível de instrução correspondente ao ensino secundário.

Ao nível do ensino superior, 11% da população portuguesa possuía, em 2003, qualificações de nível universitário. Em contraste, nos EUA 38% possuía habilitações a este nível, no Japão e na Suécia, cerca de 37% e 33%, respectivamente. O gráfico seguinte revela a situação habilitacional da população adulta em alguns países da OCDE.



No que respeita ao investimento realizado na educação entre 1995 e 2002, os dados da OCDE dão conta de um aumento das despesas por estudante no ensino não superior em todos os países considerados pela OCDE, com excepção da Suécia que diminuiu os gastos por estudante neste grau de ensino em 5%. Durante o período considerado, Portugal aumentou as despesas em educação por estudante no ensino não superior em 76%, o que representou o maior acréscimo relativo da despesa



efectuada por estudante neste nível de ensino, quando comparado com os restantes países considerados.

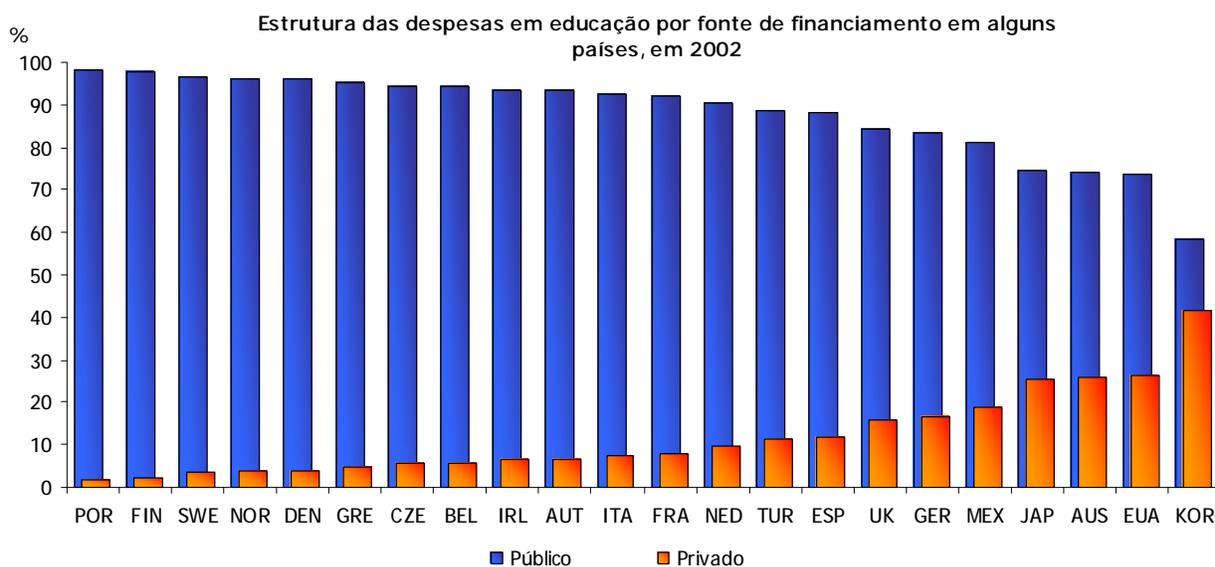
No ensino superior, as despesas por estudante decresceram de uma forma geral e, nalguns casos, mais de 10%, uma vez que os níveis de despesas não acompanharam o ritmo imposto pela expansão do número de estudantes, entre 1995 e 2002. A República Checa e a Polónia foram os países que registaram as quebras mais significativas, atingindo os 28% e 19%, respectivamente. Por seu turno, a Irlanda registou um aumento das despesas por estudante no ensino superior em cerca de 38%, tendo sido o país com o maior acréscimo verificado no período em causa. Portugal foi também um dos poucos países que registou um aumento nestas despesas, embora menos expressivo (5%).

No que respeita às fontes de financiamento, apesar das despesas em educação de natureza privada serem substanciais em algumas áreas científicas, os recursos consagrados à educação continuam dependentes, em larga medida, da afectação de recursos públicos.

Em 2002, os recursos públicos financiaram a maioria das despesas das instituições de ensino, com mais de 85% das despesas em quase todos os países analisados. A Tunísia destaca-se por ter sido o único país considerado neste estudo em que a educação foi totalmente financiada pelo sector público. De acordo com os dados divulgados, a educação em Portugal depende quase na totalidade do financiamento público (98,4%).

No ensino superior, o financiamento privado foi mais significativo. Em 2002, o peso do financiamento proveniente do sector privado variou consideravelmente, de menos de 4% na Dinamarca, Finlândia, Grécia e Noruega, a mais de 50% na Austrália, Japão e EUA, e até mais de 80% na Coreia. Em Portugal o investimento privado no ensino superior teve um peso reduzido (8,7%), ainda que mais significativo neste nível do que nos restantes. O gráfico seguinte mostra o peso do investimento público e privado na educação em alguns países da OCDE.





No que concerne ao emprego, os dados da OCDE para 2003 reforçam o facto do investimento em educação trazer compensações. Com efeito, em todos os países considerados pela Organização no presente estudo, a taxa de desemprego é tanto menor quanto maior é o grau académico dos indivíduos. Em média, 13,6% das pessoas com menores qualificações (ao nível da instrução primária) encontravam-se desempregadas, em 2003. Por seu lado, apenas 3,8% dos indivíduos com qualificações de nível superior se encontravam sem emprego nesse ano.

Fonte: OCDE – Panorama da Educação 2005

